18:40 Vo)) LTE 5G 25%

Opinião do GLOBO

Custo de tribunais impõe adequação à realidade fiscal

Com gasto estimado em 1,6% do PIB, Judiciário e MPs brasileiros compõem a Justiça mais cara entre 53 países

Publicado no final do mês passado, o relatório do Tesouro Nacional classificando as despesas do governo confirma o que se sabe há tempos: o Brasil tem uma das Justiças mais caras do mundo, provavelmente a mais cara. Os tribunais e Ministérios Públicos (MPs) estaduais e federal custaram à sociedade 1,6% do PIB em 2022. Foi a proporção mais alta numa amostra de 53 países. O gasto brasileiro equivale ao quádruplo da média. Em termos absolutos, a Justiça custou perto de R$ 160 bilhões.

Para dar uma ideia da ordem de grandeza da cifra, basta lembrar que a despesa com todas as polícias foi de R$ 114 bilhões. Com serviços de proteção contra incêndios, R$ 8,8 bilhões. Com penitenciárias, R$ 26,3 bilhões. Em pesquisa e desenvolvimento sobre ordem pública e segurança, mirrados R$ 44 milhões. Quando são consideradas as despesas com "ordem pública e segurança" — incluindo a Justiça —, a despesa alcança R$ 311 bilhões, ou 3% do PIB, mais que na América Latina (2,6%) e nas economias emergentes (2,3%).

Associações de classe contestaram a metodologia usada pelo Tesouro para cotejar o gasto dos diversos países. Mas é a mesma adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para comparar gastos públicos. Ao mesmo tempo, tentaram justificar a despesa afirmando que o Judiciário brasileiro custa mais caro porque trabalha mais, tamanha a quantidade de temas que, pela Constituição, suscitam recurso aos tribunais. Pode até ser verdade. Há, porém, algo além do excesso de processos que distingue a Justiça brasileira.

Judiciário e MPs gastam sobretudo com salários, e a quantidade de benesses que usufruem juízes e procuradores brasileiros — como férias de dois meses, auxílios e verbas indenizatórias de todo tipo — é única no mundo. Tais "penduricalhos" inflam a remuneração, com frequência para além do teto constitucional, colocando as duas categorias da elite do funcionalismo no centésimo de maior renda no Brasil.

Não se trata de questionar a necessidade de remunerar de modo justo serviço tão essencial e relevante quanto a Justiça. Mas é preciso ter senso de medida. Apenas um exemplo de desconexão da realidade: em 2017, ficou decidido que as licenças-prêmio de 90 dias a que procuradores têm direito — em si um privilégio que deveria ser extinto — poderiam ser pagas em dinheiro. Só esse benefício custou quase meio bilhão de reais aos cofres públicos entre 2019 e 2022 . No ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que juízes também poderiam reivindicar as mesmas benesses dos procuradores. Para não falar nas tentativas de restaurar promoções automáticas a cada cinco anos (quinquênio) e outras iniciativas do tipo.

Estudioso do assunto, o cientista político Luciano Da Ros, da Unicamp e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), creditou em análise de 2015 o "elevado grau" de independência — inclusive orçamentária — do Judiciário e dos MPs no Brasil ao esforço da sociedade na transição para a democracia. É verdade. Mas isso não justifica a profusão de benesses. Juízes e procuradores deveriam entender a realidade de um país com alta dívida pública e social, em que o Estado precisa promover o equilíbrio fiscal para o bem de todos. Os números do Tesouro revelam a urgência dessa discussão.

Racismo em estádios de futebol exige punição mais dura aos responsáveis

Chaga não será debelada enquanto clubes, federações e cartolas forem lenientes com atitudes repugnantes

As manifestações repugnantes de racismo em estádios do mundo inteiro são episódios cujo absurdo todos reconhecem, mas que, a despeito da indignação, dos pronunciamentos oficiais protocolares, das inúmeras campanhas de conscientização e de punições ainda tímidas para os agressores, continuam acontecendo. Infelizmente, a julgar pela sucessão de casos em diferentes países, nada sugere que desaparecerão.

No dia 20 de janeiro, durante partida entre Udinese e Milan pelo Campeonato Italiano, em Udine, o jogo teve de ser interrompido no primeiro tempo quando o goleiro Mike Maignan, do Milan, foi alvo de ofensas racistas de torcedores da Udinese. Os jogadores das duas equipes saíram de campo, mas a disputa foi retomada depois de cinco minutos. Os ataques não cessaram. Maignan passou a ser vaiado cada vez que tocava na bola. "Não podemos jogar assim, não é a primeira vez", disse.

Em reação às cenas lamentáveis, o presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Gianni Infantino, chamou o episódio de "abominável" e defendeu a derrota automática para o time cujos torcedores cometerem atos de racismo, além da interdição de estádios e da abertura de ações criminais contra os acusados. "Precisamos que todas as partes interessadas relevantes tomem medidas, começando pela educação nas escolas, para que as gerações futuras entendam que isso não faz parte do futebol ou da sociedade", afirmou em comunicado oficial.

Os protocolos adotados hoje pela Fifa, que preveem paralisação da partida e até abandono do jogo, não têm sido suficientes para coibir essa prática nefasta que se espalha por estádios do mundo inteiro. No mesmo dia em que torcedores da Udinese ofenderam Maignan, episódio semelhante de intolerância aconteceu em Sheffield, durante uma partida da segunda divisão do Campeonato Inglês.

Uma das dificuldades para combater o racismo no futebol é a falta de empenho de clubes, federações e autoridades esportivas para punir os responsáveis. Recentemente, um juiz de Pamplona, na Espanha, arquivou uma denúncia por insultos racistas sofridos pelo brasileiro Vini Jr., do Real Madrid, alvo constante de agressão. Os ataques haviam sido denunciados à Justiça pela Liga Espanhola (La Liga) depois de partida contra o Osasuna há um ano. O magistrado admitiu que os fatos podem constituir crime, mas alegou não ser possível determinar a identidade dos agressores. Ora, em qualquer lugar do mundo estádios são repletos de câmeras que flagram episódios desse tipo.

Infantino tem razão em propor medidas mais enérgicas para varrer esse absurdo que envergonha o futebol. Mas não bastará mudar as regras. Será preciso mais. No Brasil, desde 2023 o regulamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) prevê perda de pontos para times cujos torcedores sejam acusados de racismo. Na prática, a punição não tem sido aplicada. Enquanto clubes, federações e cartolas forem lenientes com criminosos travestidos de torcedores, o racismo dará as caras nas arquibancadas.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

Inteligência em transe

No mês que vem, o golpe de 1964 faz 60 anos. Muita água passou pela ponte. Um dos instrumentos mais sinistros do período militar era o Serviço Nacional de Informações (SNI), uma polícia política cujo objetivo principal era vigiar os passos dos opositores do governo.

Com a redemocratização, o SNI foi extinto. Em tese, acabou a história de polícia política. Em seu lugar, haveria uma agência de informações destinada a produzir análises para as decisões estratégicas do governo. Soa bonito. No entanto, embora tenhamos superado o SNI, nunca chegamos realmente a dar importância aos grandes temas estratégicos.

O escândalo que estourou agora mostra como o governo Bolsonaro fez o serviço de inteligência regredir para muito próximo do período militar. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) bisbilhotava a vida de oponentes políticos e aliados sob suspeita. Ainda funcionava como babá dos filhos do ex-presidente. Para um deles, Flávio, chegou a elaborar uma defesa no processo das rachadinhas.

Tudo isso é muito grave, será apurado e dará algumas manchetes de jornal. No entanto Bolsonaro é o maior, mas não o único, culpado pela forte regressão.

Será que os presidentes do Brasil democrático fizeram realmente uso das análises da agência? Será que, na qualidade de consumidores, conseguiram apontar erros e impulsionar um progresso na coleta e formulação do material de análise? Da mesma forma, existe no Congresso uma comissão mista destinada a fiscalizar as atividades de inteligência. Será que funcionou mesmo?

Olhando para trás, lembro-me de episódios que escaparam à agência porque eram difíceis de conhecer, como o monitoramento do telefone de Dilma pelos americanos. Recentemente, outro fato difícil, mas constrangedor, foi revelado: havia tráfico de drogas para a Europa nos aviões da comitiva presidencial de Bolsonaro.

Acontecimentos do 8 de Janeiro foram uma espécie de elefante invisível, embora a Abin tenha dito que sabia

Se pudesse pautar a agência, creio que um bom deputado teria essa possibilidade, levantaria alguns temas que escapam. Estamos levando uma surra na tentativa de dominar o garimpo ilegal nas terras ianomâmis. Os militares venezuelanos exploram o garimpo do lado de lá, uma vez que os ianomâmis vivem nos dois países. Qual o verdadeiro quadro, o que fazer para negociar com Maduro e obter resultados dos dois lados da fronteira?

Recentemente, no Equador, ficou evidente a ligação dos cartéis mexicanos com o crime organizado, indicando que há uma associação forte também com Colômbia e Peru. Até que ponto isso nos atinge, o que fazer?

Como esses, poderia enunciar uma dezena de temas estratégicos que poderiam iluminar a ação presidencial. Mas, pela situação da agência, não parece que já se comemora o aniversário de 60 anos do golpe. Os acontecimentos do 8 de Janeiro foram uma espécie de elefante invisível, embora a agência tenha dito que sabia. Verdade é que Lula não sabia, e eles deveriam ter contado a ele.

Se a agência superou realmente o estágio de polícia política, por que comprou o First Mile, ferramenta israelense para monitorar telefones pessoais? Se desde o fim da ditadura, por determinação constitucional, isso não é sua tarefa, por que manter o instrumento a partir de 2021, atravessando o governo Bolsonaro e o primeiro ano de Lula? Será que não existe uma espécie de chefe do almoxarifado que vê esse instrumento que custou R$ 5,7 milhões e decide enviá-lo para onde possa ser usado?

É tudo muito esquisito, inclusive o fato de o computador da agência estar em poder de gente que não trabalhava mais lá, como é o caso de Alexandre Ramagem.

A transformação de polícia política em serviço de inteligência é um passo que não depende apenas de um decreto. É preciso amadurecimento geral. Quem sabe agora, 60 anos depois do golpe, a gente possa dar o passo sonhado lá atrás?

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alvim, André Visser da Fôncea Barbosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Coradi Prime - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwwan - leila.suwwan@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - ggoulart@globo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@globo.com.br
Ela: Mariana Caruso - mcaruso@globo.com.br
Bairros: Walter Carmona Filho - walter.carmona@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie de qualquer contato a respeito desses temas. Fique de olho! O GLOBO não cobra por cartas, e nunca pede senhas ou dados pessoais.
www.boasvindas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Vinhos, relógios e e-Readers: (21) 2534-4313
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX PAPER
A marca do consumidor consciente
Leia mais e fale pelo Centro de FSC
CARBON FREE